

F. Alves



# MUNICÍPIO DE CUBA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 9

06-03-2015

Aos seis dias do mês de março de dois mil e quinze, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**ORDEM DO DIA:** -----

**1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO SOBRE A CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE/ATÉ 350.000€ (TREZENTOS E CINQUENTA MIL EUROS) PARA EFETUAR A LIQUIDAÇÃO INTEGRAL DOS AUTOS DE MEDIÇÃO DAS EMPREITADAS CANDIDATADAS AO INALENTEJO EM REGIME DE OVERBOOKING: 1.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE REGENERAÇÃO URBANA DA PRAÇA DA REPÚBLICA E DA RUA DA MISERICÓRDIA EM VILA ALVA – CP – EOP N.º 01/2014; 2.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DESPORTIVA PARA FUTEBOL DE FORMAÇÃO NO CAMPO DE JOGOS DR. AMADO AGUILAR, EM CUBA – CP – EOP N.º 02/2014; 3.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE REGENERAÇÃO URBANA DE DIVERSOS ARRUAMENTOS EM FARO DO ALENTEJO – CP – EOP N.º 03/2014.**-----

**2 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE ASSISTENTE OPERACIONAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO A TERMO CERTO PARA AFETAR ÀS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS.** -----

O Presidente da Mesa da Assembleia saudou todos os presentes e deu início à sessão. -  
Pedi para ser feita a chamada. -----

**Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros:** -----

- João Duarte Oliveira Brito Palma -----
- Francisco António Orelha. -----
- Francisca Maria Patrocínio Alface das Neves -----
- João Dionísio Parreira Bate -----
- António Manuel Isidoro Cavaco Alfarrobinha -----
- Maria Teresa Cardeira Vargas -----
- Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano -----
- Manuel Francisco Pendilhas Baião -----
- Carlos José Maltez Almeida -----
- Hugo Manuel Machado Dionísio -----
- Maria Joaquina Lucas Borges Félix -----

F. Alje

José António Rocha Cabrita -----  
Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco -----  
Luís Manuel Dias Guerreiro -----  
José António Cardeira Machado -----  
João Manuel Ferreira Arvanas -----  
Raul Manuel Viana Amaro -----

**Faltaram a esta sessão os membros:** -----

António Duarte Ildfonso Barradinhas -----  
Filipe Domingos Candeias Chora -----

Estiveram também presentes nesta sessão o Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, o Vice-Presidente da Câmara Vereador Francisco Xavier Candeias Fitas, a senhora Vereadora Sandra Maria Guerreiro Braz e o Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho -----

**1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO SOBRE A CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE ATÉ 350.000€ (TREZENTOS E CINQUENTA MIL EUROS) PARA EFETUAR A LIQUIDAÇÃO INTEGRAL DOS AUTOS DE MEDIÇÃO DAS EMPREITADAS CANDIDATADAS AO INALENTEJO EM REGIME DE OVERBOOKING: 1.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE REGENERAÇÃO URBANA DA PRAÇA DA REPÚBLICA E DA RUA DA MISERICÓRDIA EM VILA ALVA – CP – EOP N.º 01/2014; 2.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DESPORTIVA PARA FUTEBOL DE FORMAÇÃO NO CAMPO DE JOGOS DR. AMADO AGUILAR, EM CUBA – CP – EOP N.º 02/2014; 3.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE REGENERAÇÃO URBANA DE DIVERSOS ARRUAMENTOS EM FARO DO ALENTEJO – CP – EOP N.º 03/2014. -----**

Foi presente à Assembleia Municipal uma certidão de deliberação da Câmara Municipal, que é do seguinte teor: -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 07/2015 do Chefe da DGM a abordar a questão dos projetos candidatados, em regime de overbooking, a fundos comunitários no âmbito do Inalentejo, cujas candidaturas haviam sido aprovadas por unanimidade, em reunião de câmara, visando a execução dos projetos em cima enunciados. -----

O Vereador João Nobre entende que os projectos são de toda a pertinência para o Município mas, da mesma forma que o Presidente e o Chefe de Divisão, lamenta o facto de ter recebido muito em cima da hora a documentação para análise. -----

Referiu que o facto do município de Cuba figurar entre os 30 municípios menos endividados do país irá facilitar todo o desenvolvimento do processo, contrariamente ao que foi referido pelo Sr. Presidente, no início do mandato, argumentando que a Câmara se encontrava numa situação de endividamento, o que não correspondia à realidade, e tal se veio a verificar agora. -----

O Sr. Presidente respondeu referindo que nunca disse que o município tinha ultrapassado a capacidade de endividamento. O Município sempre teve capacidade de endividamento. Aquilo que disse e mantém é que o município apresentava um passivo de 10 milhões de euros e que uma boa parte das verbas que o município recebe, para investimento, estão a servir para pagar as dívidas existentes. Por outro lado, e como é do conhecimento dos senhores vereadores, existiu uma alteração à legislação, no final

do ano de 2013, sobre a capacidade de endividamento do investimento municipal o que nos permite ter uma maior margem de endividamento. Relembrou aos senhores vereadores que durante o ano de 2014, o actual Executivo, reduziu a dívida municipal em cerca de meio milhão de euros e que, desse valor, mais de 300 mil euros são de dívidas de médio e longo prazo o que acaba por atingir, quase na globalidade, o empréstimo que vai ser contratualizado. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

a) – Registrar que o órgão competente para aprovar o empréstimo será a Assembleia Municipal, tendo essa aprovação que ocorrer por maioria absoluta, isto é, metade dos elementos do órgão em exercício acrescidos de um, quando a sua extensão implique dois ou mais mandatos; -----

b) – Registrar que a apreciação do empréstimo por parte da Assembleia é despoletada por proposta da câmara que deve ser acompanhada, pelo menos, das condições apresentadas por três instituições bancárias; -----

c) – Determinar a abertura do procedimento de contratualização de empréstimo de médio e longo prazo, tomando conhecimento que o período máximo de utilização e deferimento não pode exceder os 2 anos, estipular que, para efeitos do procedimento em cima mencionado, analisadas as datas apresentadas, os compromissos futuros a assumir, o período de utilização é definido em 12 meses, isto é, em princípio, até junho de 2016, período em que obrigatoriamente todos os pagamentos já terão que estar efetuados, fixando-se como período de deferimento, isto é, momento em que passam a efetuar-se amortizações, em 24 meses, uma vez que nessa altura, junho de 2017, já terá havido os reembolsos do INALENTEJO reportado aos 85%, se houver decisão de financiamento; -----

d) – Pelos factos expostos, determinar que o empréstimo será de médio e longo prazo, visto durar pelo período superior a um ano, fixando-se esse mesmo prazo em 20 anos, ressalvando-se que, para cumprimento do equilíbrio orçamental e em sintonia com o n.º 5 do art.º 51.º as amortizações não podem ser inferiores a 80% da média anual que está estipulado no n.º 4 do art.º 40.º da LFL. -----

e) – Para efeitos de convite a instituições bancárias, determinar que o montante a contratualizar é fixado em, até 350.000€. Dessa forma para que não seja posto em causa o equilíbrio orçamental. Ressalvando-se, para efeitos de cláusulas contratuais, a possibilidade de amortização de 85% do capital em dívida, decorridos os 24 meses, se entretanto ocorrerem os reembolsos do QREN/INALENTEJO. -----

e.1) – Atenta a alínea e) “in fine” nas condições de adjudicação utilizar da figura da “**proposta economicamente mais vantajosa**”, para que se possa aferir da taxa de juro + spread + mais condições de amortização antecipada no cenário apresentado; -----

e.2) – Para análise dessas mesmas propostas designar uma comissão constituída pelos seguintes membros: -----

- João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara; -----

- Vítor Manuel Parreira Fialho; Chefe da DGM; -----

- Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela; dirigente intermédia de 3.º grau responsável pelos Serviços Financeiros; -----

- Elementos suplentes: -----

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Jurista; -----

Maria Jacinta Grilo, Técnica Superior de Gestão. -----

e.3) – Face aos prazos apertados que dispomos, em função da data da sessão da Assembleia Municipal determinar que seja concedido um prazo para apresentação de propostas de sete dias seguidos, o que implicará receção de propostas até às 17h do dia 2 de março, por correio registado ou por entrega em mão, pelo que se aprova o ofício/convite em anexo; -----

e.4) – Visando agilizar o processo determina-se a entrega do convite mediante protocolo no balcão mais próximo das instituições bancárias a convidar: -----

- Banco Santander; -----

- Caixa Geral de Depósitos; -----

- Caixa de Crédito Agrícola; -----

- BPI; -----

e.5) – Estipular que a abertura das **propostas terá lugar às 9h30m do dia imediatamente a seguir à data limite para receção das mesmas, ou seja, terça-feira, dia 3 de março**, a realizar mediante **ato público**, no qual poderão participar, com direito a intervir no mesmo, os representantes das entidades que apresentem propostas, desde que façam prova documental da sua condição; -----

f) – Tomar conhecimento **que o contrato que venha a ser celebrado com a instituição bancária escolhida estará sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.** -----

g) – Tomar conhecimento que o processo a ser remetido para o Tribunal de Contas o contrato que venha a ser celebrado com a instituição financeira obedecerá às regras que estão insertas na Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, designadamente o art.º 19.º -----

h) – Determinar remeter o presente assunto para a sessão da Assembleia Municipal. --- Foi igualmente presente à Assembleia o relatório da Comissão de Análise das Propostas referentes à contratualização do empréstimo supra referido, que se transcreve: -----

**“ANÁLISE DAS PROPOSTAS:** Às 14h30m do dia três do mês de março de 2015, reuniu a comissão de análise do procedimento em cima identificado, constituída por João Manuel Casaca Português, **Presidente da Câmara Municipal**, que presidiu, e pelos vogais Vitor Manuel Parreira Fialho, **Jurista – Chefe da Divisão de Gestão Municipal**, que secretariou, e Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela, **Dirigente Intermédia de 3.º Grau, responsável pela Unidade de Administração e Finanças.** -----

Na sequência da consulta efectuada a 4 instituições de crédito para a contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante de € 350.000,00 destinado ao financiamento da empreitada de “Empreitadas de Requalificação Urbana e Construção de Infraestrutura Desportiva ” apresentaram propostas as seguintes três instituições: --

1º - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS -----

2º - CCAM do Guadiana Interior, CRL -----

3º - SANTANDER TOTTA, SA -----

Analisadas as propostas apresentadas, sob o ponto de vista formal, verificou-se que as mesmas cumpriam os requisitos exigidos, pelo que se entendeu admiti-las. -----

-O prazo total apresentado para amortização do empréstimo é até 20 anos em todas as propostas, no entanto a proposta da CGD apresenta mais 3 alternativas, a saber de 5 anos, 10 anos e 15 anos. -----

De modo a poder ser efectuada uma análise equitativa, foi considerado o prazo de

amortização até 20 anos, de acordo com a alínea d) do ponto 28 da deliberação tomada na reunião de Câmara de 18 de Fevereiro de 2015, cuja certidão foi facultada às entidades convidadas. -----

Relativamente à taxa de juro, a taxa nominal variável corresponde à "Euribor" -----  
(base 360 dias) 6 meses, acrescida dos seguintes "spreads": -----

- CAIXA GERAL DEPÓSITOS – 2,13%; -----

- CCAM do Guadiana Interior, CRL: 3,50%. -----

- SANTANDER TOTTA, SA: 1,74% -----

As propostas da CCAM do Guadiana Interior e do SANTANDER TOTTA apresentam um período de utilização e diferimento de 12 e 24 meses, respetivamente, enquanto que o prazo apresentado pela CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, é de até 18 e até 24 meses, sendo a margem de utilização mais alargada do que o pretendido. -----

A proposta da CGD referencia que a taxa de juro contratual, será uma taxa nominal variável correspondente à média aritmética simples da Euribor a 6 meses (base 360 dias) apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima, acrescida do respetivo "spread". -----

A proposta do SANTANDER TOTTA referencia a taxa em vigor no início de cada período de contagem de juros, associada à Euribor a 3 ou 6 meses, acrescida de um spread de 1,81 e 1,74% respetivamente, arredondada à milésima superior. -----

A proposta da CCAM Guadiana Interior, refere somente Euribor a 6 meses, acrescida 3,50% de spread. -----

No que diz respeito ao reembolso antecipado, as propostas da CGD e do SANTANDER TOTTA referem expressamente a inexistência de penalizações, leia-se, encargos ou comissões adicionais, enquanto que a proposta da CCAM do Guadiana Interior não refere a situação específica, razão pela qual se considerou que não existe também qualquer encargo adicional, para além dos previstos pelos outros concorrentes. -----

Assim, a " proposta mais vantajosa", tendo em consideração a taxa de juro acrescida do respetivo *spread* + condições de amortização antecipada é a do banco SANTANDER TOTTA, SA. -----

**Termos em que, a comissão propõe aos órgãos autárquicos competentes a adjudicação da contratação do empréstimo ao banco SANTANDER TOTTA, SA com a opção " Euribor" a 6 meses, com spread de 1,74%, sendo o prazo máximo da operação de 20 anos.** -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

a) Registrar que a " proposta mais vantajosa", tendo em consideração a taxa de juro acrescida do respetivo *spread*+condições de amortização antecipada é a do banco SANTANDER TOTTA, SA; -----

b) Determinar remeter à Assembleia Municipal a proposta de adjudicação da contratação do empréstimo ao banco SANTANDER TOTTA, SA, com a opção " Euribor" a 6 meses, com spread de 1,74%, sendo o prazo máximo da operação de 20 anos. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia** deixou o ponto aberto a discussão. -----

**O Deputado Francisco Orelha** interveio dizendo que se trata de candidaturas em regime de Overbooking e que, como tal, podem ou não vir a ser financiadas e, se não forem terão de ser totalmente suportadas pela Câmara Municipal. Acrescentou que, no caso de aprovação o município só virá a ser reembolsado em 2017. -----

Pedi esclarecimentos ao Presidente da Câmara ou ao Chefe da Divisão de Gestão Municipal sobre o procedimento em termos de Tribunal de Contas. -----

Disse que contrariamente ao que se vinha afirmando, que a Câmara tinha reduzido a dívida em 300 mil euros, vai agora aumentá-la em 350 mil. -----

Referiu que não dispôs de muito tempo para analisar devidamente todos os documentos enviados pelo que pediu esclarecimentos para o facto de ver referenciados, para além dos 3 projetos que estão em cima da mesa, um projeto de remodelação de águas e saneamento e outro de requalificação do Quartel do Bombeiros Voluntários de Cuba. -----

**O Presidente da Câmara** explicou o sistema de Overbooking. Referiu que o município se candidatou nesses 5 financiamentos, daí estarem contemplados no mapa enviado, mas para a discussão desta noite serão apenas 3 os considerados e mesmo para esses não existem garantias de que o financiamento esteja disponível. -----

Avançou dizendo que existe uma verba que vai estar disponível para vários municípios e aqueles que primeiro terminarem os projetos e as obras têm mais facilidade de aceder a essas verbas do que aqueles que ainda não avançaram. -----

Explicou que para os dois projetos que estão no mapa e que não vêm para discussão existe a possibilidade de poderem ser candidatados ao Portugal XXI do novo Quadro Comunitário (QC). Os três que estão para discussão não têm quaisquer possibilidades de serem candidatados, isto porque os projetos de regeneração urbana para as freguesias rurais não estão contemplados no novo QC, tal como também não estão os equipamentos desportivos. Assim restam duas alternativas: ou se candidatam em regime de Overbooking ou por e simplesmente se desiste deles. -----

A questão política é saber se se deve desistir das intervenções nas freguesias e defraudar as expectativas das pessoas ou, consciente de que será um grande esforço que o município irá fazer e um risco necessário, ir ao encontro dos interesses das populações. -----

Parafraseou o deputado Francisco Orelha quando este diz que *“não deve haver medo de contrair empréstimos, é necessário é desenvolver o concelho”*, e diz que é o que está a fazer, ir em frente para dar resposta às necessidades das pessoas. -----

Relativamente ao Tribunal de Contas, este como tantos outros projetos estão sujeitos a Visto mas está convicto de que o TC viabilizará o empréstimo. -----

Corrigiu o deputado Francisco Orelha quando este se referiu aos valores da redução da dívida. Não foram 300 mil mas sim 484 mil euros de redução em termos de empréstimo de médio e longo prazo como é o caso do presente empréstimo. Significa isto que a dívida não aumentará muito pois, só num ano, acabou por se absorver o valor deste empréstimo. -----

Terminou dizendo que, face às questões colocadas pelo deputado Francisco Orelha, às vezes fica na dúvida se o deputado é a favor ou não do desenvolvimento económico do concelho face ao comportamento que demonstra quando parece opor-se ao avanço dos projetos e ao desenvolvimento das freguesias, apesar de lhe ser explicado que é a única hipótese que se tem. -----

**O Deputado Francisco Orelha** disse que as questões que colocou têm a ver com a capacidade de endividamento da Câmara, com a possibilidade de recurso ao crédito e é uma contradição completa com o que se tem vindo a referir. -----

Citou o Presidente da Câmara numa ata de reunião do Executivo onde continua a referir que a Câmara deve 10 milhões de euros e no Mapa apenas vê 2,7 milhões. Mais

do que a Câmara devia há 1 ou 2 anos atrás. Perguntou ao Presidente da Câmara como é que explica a redução da dívida se ela aumentou. -----

Chamou teimoso ao Presidente da Câmara e disse que o que mais o incomoda é esta teimosia que não é por ignorância, mas tentando falar para ignorantes, pois apenas sabe falar do passivo e nunca refere o ativo. Prometeu que se o Presidente da Câmara quando falar da dívida referir os 10 milhões de passivo e 27 milhões de ativo subavaliado, nunca mais toca neste assunto. -----

Disse ao Presidente da Câmara que o que o deve preocupar é o endividamento e quando elaborar o próximo orçamento da Câmara tem de incluir esta verba de 350 mil euros para pagar à banca. -----

Perguntou se a legislação é diferente para este Executivo do que era para o anterior. Se há ou não há carência neste financiamento, dado que a carência faz parte da negociação com a banca. -----

Teceu críticas pelo endividamento de 350 mil euros em apenas um ano e pouco de mandato, quando, durante os 16 anos dos seus mandatos a dívida pouco ultrapassou os 2 milhões, pelo que o atual Presidente herdou a melhor Câmara do Alto e Baixo Alentejo em termos de situação financeira. -----

Quanto aos projetos diz que se lhe perguntarem se são necessários diz que sim; se lhe perguntarem se são prioritários, diz que não. -----

Referiu alguns projetos dizendo que o de Vila Alva foi assinado por si, o de Faro do Alentejo foi iniciado pelo Eng.º Bernardino, o projeto do desvio das águas também é do anterior Executivo e se desapareceu do Gabinete Técnico, o atual Presidente que peça ao Eng.º Góis que diga o que lhe fez, porque naquele Gabinete normalmente as coisas desaparecem. -----

Para si, desenvolvimento económico é o Parque Empresarial. Citou exemplos de projetos de iniciativa privada como a “Cegonha” e o “Guizos” que não contam com a responsabilidade da Câmara, mas a construção de infraestruturas já conta e, prioritário, é o avanço da 2.ª fase do Parque Empresarial. Depois se há procura ou não logo se vê. -----

Lembrou que o Parque tem um lote destinado à construção de um “Parque de Ciência” para segurar os jovens do concelho quando acabam os seus cursos. Isto sim, é no seu entender desenvolvimento económico, agora festas e foguetórios, não é. -----

Apelidou de treta a Feira da Caça, a Feira Medieval e outras coisas do género em que diz ser o Presidente da Câmara um perito e por isso lhe tira o chapéu, pois desde que chegou à Câmara tem feito a política de angariação do próximo mandato. -----

**O Presidente da Câmara** em resposta às questões do deputado Francisco Orelha começou pela política de angariação do próximo mandato e criticou a postura do deputado dizendo que quem o ouve falar pensa que se trata de um arauto, alguém que desenvolveu o concelho de uma forma extraordinária em termos de desenvolvimento económico, só que não reconhece que se tenha instalado cá nenhuma empresa, não reconhece que tenham sido criados postos de trabalho, como não reconhece que as obras feitas no anterior Executivo tenham contribuído para o desenvolvimento económico do concelho. -----

Registou e “regozijou-se” pelo facto de as obras nas freguesias não serem prioridade para o deputado Francisco Orelha pois pouco se preocupou com elas quando esteve na Câmara. Referiu que o que foi aqui dito hoje pelo deputado não deve ter caído bem às pessoas presentes e muito menos aos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Quanto ao passivo e às dívidas, o que disse está na ata e convidou o deputado Francisco Orelha a ler. Reforçou o que já havia dito, que o passivo da Câmara é de 10 milhões de euros, tal como foi confirmado pelo ROC Amável Calhau numa das sessões da Assembleia. -----

Desculpou o deputado por este não ter tido tempo de ler os documentos e disse que não vai falar de ignorância. -----

Sobre a contratação do empréstimo de 350 mil euros com 2 anos de carência informou que esse período é apenas o tempo em que fica à espera do dinheiro para pagar o empréstimo, fazendo disso questão de honra, assim que se receber o dinheiro liquida o empréstimo na totalidade. -----

Criticou o deputado Francisco Orelha por falar de carência, pois enquanto esteve no Executivo usou e abusou das questões de carência, sem necessidade nenhuma, e deixou para os outros que vieram pagar o que não foi pago. -----

Quanto aos projetos de que o deputado Francisco Orelha falou, nada corresponde à realidade, dado que os projetos em questão não estavam previstos, são novos e o intuito do deputado é confundir as pessoas. Disse que muitos dos projetos que foram procurados e não se encontram na Câmara e que talvez o deputado Francisco Orelha seja a pessoa indicada para responder a isso. -----

Relativamente à dívida, entende que o deputado Francisco Orelha deve estar confundido. De 31 de outubro de 2013 a 31 de outubro de 2014 a dívida foi reduzida em 484 mil euros. Assegurou que em outubro de 2015, de uma forma transparente cá estará para revelar os valores da dívida, coisa que o agora deputado nunca fez. -----

Garantiu que o município de Cuba foi o que no Baixo Alentejo mais reduziu a dívida. ---  
**O deputado Francisco Orelha** pediu para que não se limitasse a uma hora o tempo para debate dos assuntos na Assembleia. -----

Voltou à questão do endividamento e ao pedido de 350 mil euros em tão pouco tempo de mandato. Entende que face às verbas exíguas que o município recebe se se quiser investir tem de se recorrer à banca mas agora as coisas estão melhor pois no seu tempo algumas das participações eram de 60% e agora são de 85%. -----

Pediu ao Presidente da Câmara para deixar o discurso da lamúria. A Câmara de Cuba está nas melhores 30 do País e cada vez que vai à rádio, aos jornais, só ouve o Presidente da Câmara falar de endividamento. -----

Falou do Gabinete técnico da Câmara dizendo que só quem sabe trabalhar com o AutoCad é o Arq.º Hélder. Disse que enquanto Presidente da Câmara não quis estragar a vida a ninguém e foi protelando coisas que no seu entender não devia, pois se tivesse avançado com processos disciplinares se calhar essa gente já lá não estava Daí dar razão ao atual Presidente quando este diz que não encontra os projetos. -----

Convidou o Presidente da Câmara a pedir ao Eng.º Góis que apresentasse o levantamento topográfico feito pelo técnico Carlos Louseiro e ao Eng.º Bernardino sobre o projeto de Faro do Alentejo junto ao Campo de Futebol. -----

**O Presidente da Câmara** rejeita as acusações feitas pelo deputado Francisco Orelha aos funcionários do gabinete Técnico dizendo que não lhe fica nada bem e que não se revê nessas acusações. Lamenta que na Assembleia tenha tomado essa posição. -----

Quanto ao empréstimo dos 350 mil euros diz que o deputado Francisco Orelha parte do pressuposto de que não vamos ser ressarcidos desse dinheiro. Ao contrário defende que esse dinheiro será recebido, traduzindo-se apenas em 60 mil euros o endividamento, contrariamente à perspectiva do deputado que fala na totalidade. -----

Informou que a Câmara paga todos os anos, do endividamento, 300 mil euros de herança do Executivo de Francisco Orelha. Da capacidade de investimento que a Câmara tem 40% é para pagar dívida deixada pelo anterior Executivo; 35% é para pagar o abastecimento de água. O que sobra de investimento é demasiado pouco pelo que as dificuldades como se pode compreender são imensas. -----

Disse ao deputado Francisco Orelha que não fala para uma rádio ou um jornal há mais de um ano pelo que não tem ponta de verdade a acusação que o deputado lhe fez. Agora, quando se fala de empréstimos é sua obrigação lembrar a situação em que a Câmara estava: tinha um passivo de 10 milhões. “Claro que também tem ativo. Mas o que se faz a um Parque Infantil ou um Campo de Futebol? Vende-se?” -----

**O deputado José Cabrita** felicitou o Executivo pelo facto de 2 dos 3 projectos serem nas freguesias. Inclusivamente um deles contemplará uma freguesia que se diz discriminada relativamente às outras e, certamente irá melhorar e embelezar o centro da vila. -----

Espera também que, brevemente, a Câmara, que certamente estará atenta, possa vir a contemplar com um projeto a freguesia de Vila Ruiva. -----

Referiu-se à posição adotada pelo deputado Francisco Orelha em relação ao funcionamento das Assembleias e recordou que na altura os vereadores da oposição não podiam falar e vem com os mesmos argumentos que trouxe relativamente ao desenvolvimento económico da última assembleia. Apelidou de afunilada a visão do deputado Francisco Orelha. -----

Para si cultura também é desenvolvimento económico e há Câmaras que apostam forte nesta componente. -----

Quanto às festas e foguetórios, estranha a posição do deputado Francisco Orelha pois este fez parte dum executivo que por vários anos implementou uma Feira de São Martinho, de custos elevadíssimos, muito à semelhança da Feira Anual de Cuba, cujo projeto era insustentável. -----

Considera que à semelhança de Vila Alva que tem a Feirinha Gastronómica, é importante que também as outras freguesias possam ter um momento idêntico, de afirmação cultural, numa estratégia coerente. -----

**O deputado João Arvanas** referiu que já no outro tempo este projeto apareceu. Diz não ser contra o projeto mas é contra não se fazerem outras coisas de mais necessidade e estragar-se aquilo que está feito. Há outras dificuldades e a maior necessidade não é a Praça da República e a Rua da Misericórdia. -----

Deixou uma palavra de apreço ao que ouviu na Assembleia mas ouviu uma versão que não é a mais própria e a resposta irá ser dada em pouco tempo. -----

**O deputado Francisco Orelha** dirigiu-se ao deputado José Cabrita dizendo que este deturpou as suas palavras ou então não percebeu o que havia dito pois não está contra os projetos, todos são necessários mas nem todos são prioritários. -----

Distinguiu o seu início de vida, pautada por uma vida de empresário, do início de vida do deputado José Cabrita, pautada por uma vida política. Daí haver diferentes visões: “uma coisa é ter visão de empresário e não viver só para a coca-cola” -----

Acusou o deputado José Cabrita de falar de coisas que lhe doem: a Feira de São Martinho, que era uma feira temática. E não há nenhum concelho no distrito que não tenha uma. Disse que tudo é necessário, o Carnaval é necessário e auto proclamou-se de Pai do Carnaval de Cuba. -----

Desafiou o deputado José Cabrita a pensar 10 anos mais à frente. Diz ter sido essa a sua visão: o parque Empresarial, a Feira de São Martinho são exemplos do intuito de preparar os nossos agricultores, porque haveria de chegar o regadio ao Concelho e as Agro-indústrias. -----

Por si tinha mantido a Feira de São Martinho, apesar dos custos que só são grandes no início. -----

**O Vice-Presidente Francisco Fitas** ficou intrigado quando o deputado Francisco Orelha disse ter sido o Pai do Carnaval de Cuba. Para si o Pai do Carnaval de Cuba foi o Ex-Vereador Francisco Pólvora. Foi ele que deu a ideia e depois o anterior Presidente puxou-a a si, à semelhança de tantas outras coisas que puxou a si sem ter tido as ideias. Lamenta o facto do deputado não ter a capacidade de dar mérito às outras pessoas, querendo o protagonismo só para si. -----

Lamentou a expressão da “coca-cola”, pouco correta, utilizada pelo deputado Francisco Orelha quando se dirigiu ao deputado José Cabrita. -----

Relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Alva acusou-o de não ter sido capaz de dizer quais são as obras prioritárias para Vila Alva. -----

**O deputado João Arvanas** diz que não é contra a obra de Vila Alva mas, se se perguntar aos vilalvenses, muitos não estão de acordo em estragar o que já está feito e não fazer o que é de maior necessidade. -----

Acusou o Vice-Presidente de ir tantas vezes a Vila Alva e não o contactar, de só ver o que quer e fazer o que as pessoas da “cor” lhe pedem. Quando é ele a pedir nada se faz e afirmou que na próxima reunião da assembleia irá trazer os ofícios enviados à Câmara onde pediu coisas para serem feitas e não foram. Diz que a cara do Executivo para Vila Alva é diferente de outra freguesia qualquer. -----

**O deputado Carlos Almeida** apelidou de descabida a intervenção do Vice-Presidente quando se dirigiu ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Alva. -----

Parece-lhe que, pela posição do Presidente da Junta, a intervenção que vai ser feita em Vila Alva não é prioritária e dessa intenção o referido Presidente só teve conhecimento através de papéis. Deveria haver uma gestão mais participada, o que não se verificou.

Em relação ao Carnaval comentou a intervenção do Vice-Presidente, que não foi correta pois acredita numa informação de uma pessoa em detrimento de outra. -----

Informou que era do executivo na altura e que se lembra que quem trouxe o regulamento do Carnaval para Cuba foi o então Presidente Francisco Orelha. O regulamento era da Câmara de Almodôvar. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por maioria, com 10 votos a favor dos deputados da CDU e 7 abstenções dos deputados do PS, foi aprovada a proposta nos termos em que havia sido apresentada pela Câmara Municipal. -----

## **2 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE ASSISTENTE OPERACIONAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO A TERMO CERTO PARA AFETAR ÀS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS.** -----

Foi presente à Assembleia Municipal uma certidão de deliberação da Câmara Municipal, que é do seguinte teor: -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 02/2015 da SRH a invocar a necessidade de dotar as piscinas municipais descobertas durante o período em que se encontra aberto ao público de nadadores salvadores em número adequado. -----

De acordo com a citada Informação, prevê-se que no ano 2015 as piscinas descobertas se encontrem abertas entre o dia 15 de maio e 15 de setembro; -----

As piscinas municipais descobertas são de maior dimensão que as piscinas cobertas e todos os anos se regista um maior número de utilizadores nas piscinas descobertas; -----

Atendendo ao exposto, verifica-se a necessidade de dotar aquele espaço com mais um nadador-salvador. -----

Sendo uma atividade sazonal, a necessidade é temporária e limitada no tempo, portanto sugere-se que seja aberto procedimento concursal para um assistente operacional na área de atividade de nadador-salvador, pelo período de 4 meses, para fazer face às necessidades atrás mencionadas. -----

A câmara por unanimidade, delibera: -----

1 - Ao abrigo da autorização prevista no n.º 2, art. 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, em articulação com os n.ºs. 5 e 6, do art. 30º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LGTFP), que aprove a proposta do Presidente do órgão para abertura de procedimento concursal para o recrutamento excecional de um assistente operacional – área de atividade de Nadador-salvador, a termo resolutivo certo, pelo período de seis meses, e que em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho, por trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, poder recorrer-se ao recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público;

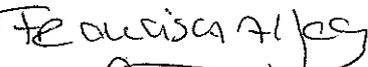
1.1 - No caso de se considerar necessário, recrutar outro nadador-salvador, por tempo mais curto (3 meses), recorrer-se à figura de reserva de recrutamento prevista no artigo 40.º da portaria que regula o procedimento concursal, uma vez que se encontram previstos no mapa de pessoal aprovado para o ano de 2015, dois lugares a termo certo de nadador-salvador; -----

2 - Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, após aprovação pelo órgão executivo da presente proposta, remeter a mesma, para o órgão deliberativo, para que este delibere sobre o recrutamento excecional em cima proposto. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por unanimidade, foi aprovada a proposta nos termos em que havia sido apresentada pela Câmara Municipal. -----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente acta, que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, José Francisco Ribeiro Roque, secretário que a redigi. -----

A Acta foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. -----

O Presidente: 

O Secretário: 